

## A LEI DA MEGALÓPOLE OU A LEI DA SELVA? REPRESENTAÇÕES DE RACHEL DE QUEIROZ SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS PROMOVIDAS PELA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.

Lia Mirelly Távora Moita<sup>1</sup>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19964085>

19

### RESUMO:

O governo militar, no Brasil, possibilitou um processo denominado modernização conservadora, que promoveu um desenvolvimento econômico e tecnológico, gerando expansão industrial, urbanização, transformações na máquina do Estado, além de esboçar um impulso conservador no sentido de preservar a ordem social, valores tradicionais e articular uma integração da sociedade brasileira. Dessa forma, à luz desse contexto histórico, essa pesquisa pretende analisar as crônicas de Rachel de Queiroz, publicadas na seção *Última Página* da revista *O Cruzeiro*, entre os anos de 1964 e 1975. Sabe-se que a escritora, fenômeno literário dos anos 1930 e 1940, teve sua obra sombreada durante a ditadura militar por causa de suas relações de adesão com o governo e de declarações públicas polêmicas, mas também que ela deve ser considerada um sujeito múltiplo, cuja trajetória tem um percurso o qual se altera ao longo do tempo. Portanto, devemos compreender como a cronista viu, sentiu e experimentou as mudanças nos equipamentos urbanos, inovações tecnológicas e científicas.

**Palavras-chave:** Literatura; modernização conservadora, ditadura militar, representação.

### ABSTRACT:

The military government, in Brazil, enabled a process called conservative modernization, which promoted an economical and technological development, generating industrial expansion, urbanization, changes in State machinery, besides drafting a conservative impulse in order to preserve the social order, traditional values and coordinate an integration of the Brazilian society. Thus, according to this historical background, the present study intends to analyze the Rachel de Queiroz's chronicles, published in the section *Última Página* of the *O Cruzeiro* magazine, between 1964 and 1975. It is known that the writer, literary phenomenon of the 1930s and 1940s, had her work shaded during the military dictatorship because of her adhesion relationships with the government and controversial public statements, but she has also to be considered a multiple individual, whose trajectory has a pathway that changes over time. Therefore, we should comprehend how the chronicler observed, felt and experimented the changes of urban machines, technological and scientific innovations.

**Keywords:** Literature, conservative modernization, military dictatorship, representation.

Após a sua morte, em 2003, a escritora Rachel de Queiroz, uma das mais importantes intelectuais brasileiras do século XX, foi constantemente lembrada em pesquisas acadêmicas, as quais

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Professora Efetiva do Estado do Ceará. Email: liamoita@hotmail.com.

destacavam seus romances regionalistas, engajados com questões políticas e sociais, e por suas personagens femininas, que denotavam uma preocupação da escritora com avanços e retrocessos no processo de autorrealização da mulher. No entanto, “foi na crônica o espaço onde melhor registrou suas lembranças, opiniões, afetos, indignações. Quase um diário que a acompanhou por 77 anos” (Hollanda, 1997, p.110). Nesse gênero, a cronista dissertou sobre as mais diferentes temáticas: suas experiências no Sertão, suas memórias familiares, as vivências dos seus círculos literários e políticos, assim como confissões sobre as dificuldades de envelhecer em uma grande metrópole a qual passava por inúmeras transformações.

Nesse artigo, serão utilizadas, particularmente, as crônicas publicadas na revista *O Cruzeiro*, na seção *Última Página*, entre os anos de 1964 e 1975<sup>2</sup>. Rachel de Queiroz escreveu exclusivamente para esse periódico, pertencente aos Diários Associados de Assis Chateaubriand, durante 31 anos e, durante a ditadura militar no Brasil, teve sua obra vítima da omissão ou rejeição pela crítica literária brasileira, segundo Heloísa Buarque de Hollanda (1997), por causa de suas supostas ligações com o governo vigente no país.

A escritora, além de ter participado das conspirações as quais derrubaram o governo João Goulart, logo após o golpe, produziu textos que se alinhavam à proposta do regime militar instaurado. A escritora defendia, especialmente, seu amigo particular, o General Castelo Branco, pois “dele não podemos reear que os poderes excepcionais lhe subam a cabeça e que nenhuma escura noite ditatorial vá cair sobre nós” (*O Cruzeiro*, 1964, p.130). Entretanto, seu apoio não se limitou aos textos e à elaboração de discursos de apoio, a escritora tornou-se parte do órgão criado pelos ditadores, Conselho Federal de Cultura (CFC), dando uma clara indicação de que participaria das decisões políticas e culturais, também, uma vez que essa instituição foi criada com o objetivo de monitorar as práticas ligadas à cultura no Brasil.

Sendo assim, a partir dessas informações preliminares e compreendendo Rachel de Queiroz como um sujeito múltiplo, que não pode ser compreendido apenas na perspectiva de apoio ao regime militar, pois sua trajetória possuiu um percurso que se alterou, decompondo-se em diversos tempos diferentes, serão analisadas as crônicas as quais fizeram referência às transformações promovidas pela modernização conservadora no país. Esses textos são particularmente interessantes, porque podemos, por meio das representações<sup>3</sup> da cronista, compreender a construção da realidade a partir dos significados estabelecidos em um determinado contexto histórico, que ela observou de forma paradoxal, ora entusiasmada, ora desencantada.

---

<sup>2</sup> O ano de 1964 foi escolhido, pois é o ano do golpe militar, que colocou no poder o general Castelo Branco, que começou a promover transformações no Brasil que efetivaram a modernização conservadora nos anos posteriores. E o ano de 1975, se refere a data na qual a revista encerrou suas atividades.

<sup>3</sup> Foi utilizado [o conceito de “representação” de Roger Chartier \(1990\). A essência da obra do autor diz respeito às representações, a forma como as pessoas se apropriam e constroem novas percepções, sem esquecer das configurações sociais que as elaboram em um determinado tempo e espaço.](#)

O próprio período estudado na pesquisa, durante o governo militar, gerou ações que pareciam contraditórias no Brasil, produzindo, ao mesmo tempo, impulsos conservadores e modernizadores. Na verdade, essas ações não eram excludentes e sim complementares, já que o desejo modernizador implicava um desenvolvimento econômico e tecnológico, gerando a expansão industrial, urbanização e mecanização do campo, transformações na máquina do Estado e o incentivo às atividades empresariais. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, além de promover a integração da sociedade brasileira. Os textos de Rodrigo Patto Sá Motta são bastante valorosos para estudar esse processo de transformações no país, visando integrar diversos interesses sociais e econômicos, os quais estavam aliados antes mesmo do golpe de 1964. Segundo o autor, podemos entender, por meio de ações que pareciam paradoxais, que:

O resultado das políticas modernizadoras colocava em xeque as utopias conservadoras, pois solapava as bases da sociedade tradicional ao promover a mobilidade social e urbana em ritmo acelerado: o sucesso econômico da ditadura abalava a ordem social defendida por alguns apoiadores [...] Por isso, em certos momentos, as demandas conservadoras foram contornadas, enquanto o autoritarismo sempre esteve presente nas práticas do Regime Militar. Além de útil para reprimir os inimigos ideológicos do regime, o aparato autoritário tornou-se instrumento, também, para a implantação da pauta modernizadora (Motta, 2014, p. 51).

O conceito modernização conservadora foi desenvolvido pelo norte-americano Barrington Moore Jr, a fim de explicar o processo de transformações econômicas que aconteceram de forma diferente em alguns países, os quais mesclaram tendências modernas a forças conservadoras. O desenvolvimento nesses moldes, no contexto do regime governado pelos militares no Brasil, contou com a aquiescência das classes sociais dominantes, interessadas em manter uma estrutura arcaica da sociedade. Sendo assim, o Estado militar contou com alianças sociais e políticas heterogêneas para consolidar seu papel de modernizador, posto que uniu, em torno dele, nacionalistas, liberais e conservadores. Esses grupos, com objetivos e peculiaridades diferentes no processo de aparelhamento do Executivo, exigiram, portanto, políticas contraditórias as quais foram implantadas ao mesmo tempo, inúmeras vezes. Os militares se apropriaram de ideias reformistas e progressistas adaptadas à autocracia e à elite. Isso faz parte da tradição política brasileira, que:

[...] fornece inovadora chave interpretativa para compreender elementos paradoxais e por vezes contraditórios do Estado autoritário. O argumento principal é que certos aspectos tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e à acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais (Motta, 2014, p.13).

Podemos, então, afirmar que o termo mais apropriado para o processo ocorrido no Brasil, na verdade, é “modernização autoritária conservadora”, de acordo com Motta (2014). O autoritarismo sempre esteve presente nas práticas repressoras dos militares, que mantiveram o cerceamento das liberdades democráticas e a manutenção da concentração de riquezas. Em meio a essas ações, também ocorreram avanços liberais, relacionados às atividades econômicas, as quais precisavam de importação de tecnologias necessárias a fim de modificar a ainda incipiente industrialização brasileira na década de 1960. Nas modificações modernizadoras, havia um contrabalanço feito por forças retrógradas que apoiavam a manutenção da ordem e dos valores tradicionais, defendidos, geralmente, por religiosos, militares e intelectuais conservadores.

A partir da análise das crônicas de Rachel de Queiroz, podemos observar o alinhamento da escritora, tanto com as transformações econômicas e educacionais de cunho liberais, como com a vertente conservadora, a qual desejava mais do que apenas o expurgo da esquerda revolucionárias e na corrupção do Brasil. A cronista, da mesma forma que celebrava a modernização no país, incomodava-se com as modernidades geradas por elas. Especialmente durante o milagre econômico, os textos exaltando as mudanças promovidas pelo governo se multiplicaram, ganhando um aspecto, muitas vezes, de propaganda. Em *Recomeço*, a cronista exaltou as construções desenvolvidas por Médici, assunto esse retomado em *Gôsto de Brasil*, que celebrava os avanços na indústria e nas exportações, obras educacionais e de infraestrutura pautadas no crescimento econômico. Segundo ela:

A exportação cada vez maior e mais diversificada, as marcas “Indústria Brasileira” ou “Made in Brasil” espalhadas pelas sete partes do mundo. Os problemas da educação sendo enfrentados e na maioria resolvidos ou em caminho de resolução. Essas obras, pontes e estradas e cais e hidrovias e escolas e usinas elétricas se expandindo por toda parte. O tal de Produto Nacional Bruto, a entidade mística dos economeses, esse, mesmo os técnicos mais pessimistas já não podem esconder que cresce a olhos vistos, queimando as estatísticas (O Cruzeiro, 1970, p. 146).

O Produto Nacional Bruto (PNB) aumentou a uma taxa média anual de 10%, entre 1967 e 1973, e a indústria acompanhou esse crescimento. A economia cresceu e modernizou-se, permitindo a incorporação de novos trabalhadores no negócio formal de trabalho e a consolidação de um mercado consumidor na classe média. As exportações, de fato, foram ampliadas, mas estavam concentradas em setores com baixo valor agregado, ou seja, produzidos por uma cadeia produtiva restrita, extensiva e de baixa tecnologia. Os setores mais dinâmicos da indústria, nas mãos das multinacionais, estavam voltados para o consumo interno. No entanto, as crônicas de Rachel não captaram os aspectos negativos desse processo, muito menos a concentração de renda e o arrocho salarial gerados por ele. Pelo contrário, os textos seguiam elogiando as obras estruturais realizadas pelos militares, que garantiam a integração Nacional, desenvolviam portos e estradas para desafogar os gargalos

produtivos das fábricas. A crônica *Balanço*, em dezembro de 1972, demonstrou a animação da escritora frente às transformações as quais se efetivavam no país:

As exportações transbordam da pauta, os homens do dinheiro vêm com chapéu na mão oferecer mais, industrialização cresce, os corredores de produção se alargam, as estradas se multiplicam. Até Belém – Brasília, que confesso – no tempo em que a abriram-, muitos de nós supúnhamos fadada a ser engolida de novo pela mata, ano que vem já estará de asfalto de porta a porta. E já não chega a Transamazônica, vem agora a Perimetral, que irá estender um ramal de boa vontade até o Suriname. E as litorâneas no Nordeste e no Sul – podem jogar caminhão na praça que estrada não falta (O Cruzeiro, 1972, p.130).

Não eram apenas as obras estruturais que garantiam a integração e o desenvolvimento industrial no Brasil. A modernização conservadora, a partir do seu eixo modernizante, beneficiou a educação, uma vez que promoveu a expansão de vagas na graduação, mudou a seleção nos vestibulares, melhorou os salários e a carga horária dos professores, incentivou a pesquisa e criou novas universidades estaduais e federais. Segundo Motta (2014), os cursos de pós-graduação, entre 1964 e 1974, passaram de 23 para 400; o número de estudantes universitários, em um espaço de 15 anos, subiu de 140 mil para 1 milhão e 300 mil. Afinal, as escolas superiores eram percebidas como espaços privilegiados tanto para a utilização de ideias modernas, quanto para o experimento autoritário, dado que o regime militar promovia, de forma simultânea, a reforma e a censura. Por conseguinte, a vertente conservadora combateu e censurou ideias de esquerda, criou as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) para espionar comunidades universitárias, além de censurar pesquisas, publicações e livros. Com o intuito de estimular a propagação dos valores tradicionais, criaram disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e o Projeto Rondon.

Esse projeto, citado acima, estava associado ao conservadorismo na medida em que tinha como principal objetivo acalmar o radicalismo dos jovens alunos, atraindo-os para os valores moralistas, patrióticos e nacionalistas, convenientes ao regime militar. O principal motivo, no entanto, da Operação Rondon estava integrado “aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas” (Motta, 2014, p.88). É possível encontrar menção ao projeto em inúmeras crônicas de Rachel de Queiroz, nas quais ela convocava moços e moças para descobrir o Brasil, estimulando o que chamava de “febre exploradora, colonizadora e ocupadora”, recrutando o governo para a importante função de “conquista ideológica e psicológica da tropa”, que iria ocupar a região ainda despovoada. Ao mesmo tempo, segundo ela, o programa prepararia a mão de obra brasileira, aplicando conhecimentos adquiridos na faculdade, além de criar novas oportunidades de emprego. Em *Hora Decisiva*, a cronista resumiu esses objetivos, relatando que:

Juntam-se, portanto, agora, as duas necessidades, criando a grande ocasião: pois se a mocidade pede emprego, suplica uma oportunidade – pelo seu lado o governo carece urgentemente de “tropa de ocupação” para as suas frentes de desenvolvimento. Está nisso a grande importância de iniciativas como o Projeto Rondon e o Projeto Mauá, que põem os moços em contato com as novas perspectivas do Brasil- o grande Brasil despovoado e silencioso. Abrir a essa mocidade, novos horizontes, criar-lhe novo espaço vital. Esse é o significado especial das grandes frentes desbravadoras do governo – criar empregos, consumir mão de obra, dar terra e trabalho às novas gerações (O Cruzeiro, 1971, p. 130).

A crônica acima faz alusão também à Operação Mauá, outro programa do governo junto às universidades. O projeto tinha como principal objetivo apresentar “para os estudantes as grandes empresas em atuação no país, especialmente aquelas empresas em atuação no país, especialmente aquelas empresas do governo ou subvencionadas por ele [...]” (Portugal, 2008, p.70 – 71). Essa intervenção mantinha o foco no Brasil que dava certo, o qual progredia economicamente, responsável por um enorme avanço tecnológico no Brasil. Dessa forma, os dois projetos estavam filiados ao objetivo modernizador de progresso material, não só capacitando a mão de obra para as necessidades do desenvolvimento da economia, preparando elites administrativas, de tecnólogos e cientistas, fomentando lideranças intelectuais, como também de incutindo valores moralistas no ambiente universitário.

A partir dessas necessidades do país, Rachel de Queiroz publicou Professores Militares, ressaltando a importância deles no ITA, por ser uma faculdade de “formação técnica da Aeronáutica para ser uma verdadeira alma-máter dos estudiosos da tecnologia desenvolvida pelas ciências novas, responsáveis por admiráveis conquistas do progresso deste século” (O Cruzeiro, 1968, p.122). O texto, além de elogiar os cientistas militares os quais lecionavam nos cursos universitários, importantes na formação cidadã dos soldados, denunciava a “exportação de cérebros” nacionais para os Estados Unidos e Europa, atraídos por altos salários e facilidades de pesquisa. O que a escritora não menciona é que esses técnicos e científicos saíam do Brasil, pois eram vítimas da repressão do “Desenvolvimento com segurança”. De acordo com Motta (2014), o expurgo não foi maior, porque o Estado autoritário colocou em primeiro plano os laços pessoais, encobrendo os compromissos políticos e as afinidades ideológicas.

Na crônica *Rondon, Mauá e Capistrano*, a escritora propôs a formação de um novo plano, que também utilizaria a mão de obra universitária, mas, dessa vez, do curso de História. Tratava-se do projeto *Capistrano de Abreu*, no qual os estudantes desvendariam o Arquivo Público Nacional, no Rio de Janeiro, e, assim, “habituar nossa mocidade estudiosa a lidar com a matéria-prima básica de qualquer estudo histórico, que são os documentos de arquivo” (O Cruzeiro, 1971, p. 130). Sendo assim, podemos observar uma possibilidade de desviar a atenção dos alunos, da área de humanas e dos estudos críticos para a escrita de uma história que ressaltasse o nacionalismo e os grandes nomes da história brasileira, a partir de temáticas sugeridas por Rachel de Queiroz, as quais envolviam a “vinda

da família real portuguesa para o Brasil”, o “Príncipe Regente”, “fidalgos portugueses” e até “D. Carlota Joaquina”.

O processo de modernização conservadora similarmente se manifestou na esfera cultural, em meio ao desenvolvimento industrial, urbanização e reaparelhamento do Estado. Como já foi explicado no tópico anterior, o governo militar estimulou as produções culturais – nas editoras, jornais, teatro, cinema, revistas, programas de televisão e empresas radiofônicas- a fim de fazer uso dos meios de comunicação na reprodução do seu discurso, que incentivava a integração nacional e a disseminação de princípios ligados à moral e aos bons costumes. Da mesma forma, agia como regulador autoritário, capaz de intervir nos conflitos, identificando e punindo os subversivos, além de utilizar a censura para corrigir os excessos cometidos. Dessarte, foi consolidado, pela primeira vez, um mercado de bens simbólicos no Brasil, e o fato que melhor caracterizou o advento da indústria cultural foi o desenvolvimento da televisão. Rachel de Queiroz descreveu o encantamento produzido pela disseminação dos aparelhos de TV pelo Brasil:

Da Tv, propriamente, ninguém pode falar mal. Antes de tudo porque televisão é realmente um estupendo milagre, uma invenção maravilhosa, a que só a sensibilidade embotada do homem moderno não sabe dar o devido valor [...] Mas vem o que acontece naquele momento, presenciar, testemunhar; no instante exato em que o fato sucede – isto é que é a grande mágica (O Cruzeiro, 1971, p. 146).

A televisão, segundo a escritora, levava conforto, diversão e informação aos brasileiros, em especial, a idosos e crianças, à medida que integrava à vida privada do público inúmeras possibilidades de entretenimento. A telenovela, escolhida como produto por excelência da atividade televisiva, dominava uma grande audiência nesse meio de comunicação, afinal, “é literatura, é teatro, é cinema – tudo junto na sua sala” (O Cruzeiro, 1971, p.146). Portanto, esse gênero adaptado à TV, transformado em produto de massa pela indústria cultural, a qual se estabelecia no país, canalizou toda dramaturgia em narrativas sobre a vida cotidiana, com possibilidades de uso da fantasia nas histórias e de finais felizes, como promessas de felicidade.

No entanto, Rachel de Queiroz observou que não havia apenas aspectos positivos relativos ao televisor no Brasil, visto que ele também era capaz de viciar as crianças, mantendo-nas imóveis em frente aos aparelhos durante horas. Além de um passatempo inocente, ela poderia promover a circulação de imagens relativas à “[...] crueldade, perfídia, assalto, brutalidade, sexo (não o simples e limpo sexo que é sinônimo de amor), mas prostituição, violência carnal e matanças de guerra e sadismo, tudo isso aparece na tela de casa [...]” (O Cruzeiro, 1971, p.146). Além da programação, muitas vezes impróprias, que fascinava os pequenos, a cronista denunciou também os “comerciais excitantes”, ricos em “mensagens subliminares”, ávidos por conquistar o mercado consumidor em potencial, já que o hábito de ver televisão se disseminou por todas as classes sociais. Assim, o setor publicitário cresceu e se especializou, aliado ao crescimento das emissoras televisivas, transformando-

as em importantes fontes de lucro por meio da divulgação de propagandas comerciais. Rachel de Queiroz acompanhou desconfiada o fortalecimento desse setor, igualmente, em 1972 na crônica *Publicidade*, na qual afirmou que:

[...] A Publicidade é hoje supostamente uma ciência. Mas dessas ciências que funcionam na base de uma arte – no caso a arte de vender-, dependendo mais de conjecturas do que de dados concretos e mais filha do empirismo que da matemática (O Cruzeiro, 1972, p. 130).

26

A escritora parecia não acreditar em uma área que se expandia junto ao desenvolvimento da indústria cultural, embasada na pesquisa de mercado, em critérios objetivos e científicos para dimensionar matematicamente as pretensões dos clientes. “Os ditames da publicidade se fazem de acordo com as presumidas reações do público, do que está na onda, do que se supõe que todos querem [...]” (O Cruzeiro, 1972, p.130). Dessa forma, a autora, sempre tão deslumbrada com as transformações incentivadas pelo governo militar, as quais modernizavam o Brasil, não via com bons olhos as ações que visavam estimular a produção de padrões de consumo moderno e a uniformização dos interesses, ajustados à produção industrial.

À vista disso, a partir da análise das crônicas de Rachel de Queiroz, ao longo de toda ditadura militar, percebemos que não podemos compreendê-las como um sujeito linear, o qual apoiou continuamente todas as ações modernizadoras promovidas pelo Executivo. Inúmeras vezes, percebemos uma mulher nordestina que envelhecia no Sudeste, lugar do seu exílio profissional, mostrando-se conservadora frente às consequências das metamorfoses urbanas. Esse aspecto dúbio da escritora, em meio à modernização conservadora que se efetivava em diversos aspectos, pode ser compreendidos à luz da afirmação de Marshall Berman, que ressalta os paradoxos das experiências com a modernidade:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...] Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança de luta e contradição, de ambiguidade e angústia (Berman, 2014, p.24).

Em *O Homem e o Tempo*, a escritora relatou que a aceleração da vida cotidiana, provavelmente promovida pela intensificação da industrialização, mecanização e urbanização que evoluía, transformando a compreensão do tempo vivido na modernidade em um momento efêmero, insuficiente para efetuar todas as atividades, que são, de fato, importantes para a formação da humanidade. Até porque, “o trágico da vida do homem moderno é que ele não é feito para o ritmo que sua existência atual lhe exige, mas para o ritmo que sua existência atual lhe exige, mas para o tranquilo, sereno ritmo dos tempos de dantes” (O Cruzeiro, 1967, p.122). Segundo Rachel de Queiroz,

o ser humano vive encurralado no seio do progresso que ele mesmo criou, sendo engolido pela engrenagem das máquinas projetadas por ele, semelhante ao filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin. Afinal, “o problema do capitalismo é que, aqui como em qualquer parte, ele destrói as possibilidades humanas por ele criadas” (Berman, 2014, p.119). Nesse processo, os homens podem inclusive abandonar a capacidade de se adaptar às suas próprias criações. Assim, a cronista relatou que:

Eu tenho a impressão de que um progresso realmente assimilável pelo homem seria um progresso que funcionasse de dentro para fora, quer dizer, se o homem mesmo, o seu corpo, a sua carne, participassem do progresso. Mas nós sabemos inventar elementos exteriores que nos transportam, nos elevam no ar, nos afundam, nos cegam, nos deslumbram, sem nada penetrar a nossa essência física, sem sequer melhorar a nossa constituição corporal (O Cruzeiro, 1967, p. 122).

Afirmando sempre sua incompatibilidade com os efeitos do progresso, Rachel de Queiroz, diversas vezes, escreveu sobre o crescimento das cidades, as experiências do homem “metropolitado”, permeado pelas mudanças na estrutura urbana, na arquitetura, nos meios de comunicação e de transporte, que ampliaram a circulação de informações. Diante de todas as transmutações, a escritora lamentava a “cidade de concreto que se erguia na cidade de taipa”, promovendo a mutilação de um passado de alvenaria e de muitos relatos históricos que ainda persistiam, desafiando a evolução que se efetivava. Com tal característica, a cronista utilizou a sua escrita, em *Passado & Presente e As heranças do Passado* para solicitar, dos governantes, a preservação da memória, mantendo o equilíbrio entre as exigências da modernização e a manutenção dos marcos remotos. Dessa forma:

Uma avenida larga, facilitando o trânsito, é conveniência indispensável numa cidade moderna; mas tracemos as avenidas deixando nos seus lugares as belas coisas antigas: coexistência do passado com o presente – eis a fórmula de sabedoria do prefeito urbanista, como do prefeito governante. Uma nação precisa de seu passado, como um homem precisa de sua identidade (O Cruzeiro, 1971, p. 130).

O crescimento das cidades, por causa da urbanização acelerada, a qual gerou uma série de consequências negativas para população, foi uma temática recorrente nos textos de Rachel de Queiroz, entre os anos de 1971 e 1972, quando o Brasil vivia o auge do milagre econômico. As crônicas, em geral, denunciavam as precárias condições de vida oferecidas pelas grandes metrópoles, que ocasionava desemprego, aumento da violência, problemas no trânsito, especulação imobiliária e poluição ao meio ambiente. No entanto, em *Megalópole*, contrariando as crenças que exprimiam os “desejos do seu coração” de uma vida mais pacata, ela afirmou que o homem gostava mesmo era de viver em grandes aglomerados urbanos. Afinal,

Vê-se aquele horror de pessoas amontoadas nas horas de rush nos trens da Central – é horror sim, mas logo se descobre que o homem gosta daquilo. Senão dava um jeito. Não deu para coisas mais difíceis? (O Cruzeiro, 1971, p. 146).

Todavia, apesar da necessidade de viver amontoados em espaços urbanos, não é um espírito de coletividade que se desenvolvia entre as pessoas, pelo contrário, quanto mais as cidades cresciam, mais o homem se fechava no seu ambiente, alheio a quem vivia a sua volta, rompendo os laços de solidariedade com a vizinhança, semelhante ao que Simmel pensava, em *A metrópole e a vida mental* (1967), ressaltando o distanciamento nas relações afetivas, com afinidades mecânicas voltadas para objetivos específicos e feitas através da moeda. Sendo assim, “O desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que se poderia chamar de o *espírito objetivo* sobre o *espírito subjetivo*” (Simmel, 1967, p. 22). Essa foi a temática inicialmente abordada em *A Lei da Selva*, que discorria, similarmente, acerca da expansão da urbe e da construção de prédios imensos, nos quais se reuniam centenas de moradores. No texto, Rachel de Queiroz constatou que:

Mesmo como cresceu um organismo são, antes absurda e desordenadamente como cresce, Deus me perdoe, um câncer. E sem poder crescer indefinitivamente na horizontal, devido aos problemas de terreno e transporte, começaram as cidades a crescer na vertical (O Cruzeiro, 1971, p. 154).

O desenvolvimento da construção civil, em meio à modernização conservadora, fortaleceu-se, especialmente, graças a programas governamentais, como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). De acordo com Teresa Pires do Rio Caldeira, grandes empresas de incorporação imobiliária tomavam dinheiro emprestado do SFH para construir, principalmente, grandes edifícios, que seriam vendidos com o financiamento do BNH para a classe média. Por conseguinte,

Especialmente durante a década de 70, os anos do milagre econômico, o BNH (associado a grandes incorporadoras) desempenham um papel fundamental no mercado imobiliário [...] considerando-se que 63% das unidades financiadas pelo SFH entre 1970 e 1974, eram para o assim chamado mercado médio (isto é, para a classe média), 25% para o mercado popular (Rolnik et al. S.d.:111), não é difícil concluir que os prédios de apartamentos eram moradias de classe média (Caldeira, 2003, p. 226).

Portanto, cresciam nas metrópoles a construção de arranha-céus os quais reforçavam o espírito individualista da população, posto que os indivíduos iam perdendo a identidade no meio da multidão. A escritora Rachel de Queiroz não esqueceu de mencionar que “se ricos e remediados se acomodaram à morada coletiva nos apartamentos, os pobres, os emigrantes atraídos do campo pelo mercado de trabalho que a explosão urbana proporciona (O Cruzeiro, 1971, p.146) Sendo assim, segundo ela, esse fluxo emigratório ampliou o caos citadino, visto que gerou a formação de favelas, onde as camadas

menos favorecidas se aglomeravam em barracos erguidos “literalmente uns por cima dos outros”, sem condições higiênicas e originando “marginais e fora-da-lei”. A julgar pela recorrência da temática nos textos rachelianos, realmente, a criminalidade aumentava nos grandes centros urbanos. Embora a cronista não tenha problematizado os fatores geradores dessa situação, sabemos que a modernização conservadora gerou cada vez mais concentradores e excludentes no que se refere às riquezas e ao poder político. Essa conjuntura refletiu uma explosão no número de transgressões e, para ampliar a inquietação na vida cotidiana da escritora, surgiram as ações dos “terroristas”. Segundo Rachel de Queiroz,

Dantes, os criminosos comuns contavam apenas com as suas fracas luzes de homens incultos, levados ao mal por tara ou miséria. Mas eis que surgem os terroristas, intelectuais e ideólogos, muitos de nível universitário, pondo ao serviço dos crimes mais abomináveis técnicas modernas e sofisticadas, elementos de logística militar, cálculos matemáticos de tempo e espaço, testes de apoio e preparação anterior, recursos de psicologia aplicada. E deram assim, lições práticas de crime moderno aos criminosos “não ideológicos”, que logo souberam aproveitar, conforme se está vendo (O Cruzeiro, 1972, p.130).

Provavelmente, em *A Lei da Megalópole*, a escritora estava se referindo à guerrilha urbana, que ainda persistia, em 1972, promovendo sequestros e assaltos a banco para promover tensão política, insegurança contra as classes dominantes, além de fomentar a luta contra a ditadura militar. É válido afirmar que, a julgar pela ideologia de esquerda, que embasava as ações, o *Manual do Guerrilheiro Urbano*, as práticas passavam a seguir uma orientação logística mais complexas, mas que, muitas vezes, foram exageradas com a finalidade de alimentar uma propaganda contrária à conduta dos seguidores do capitão Carlos Marighela.

No entanto, não eram apenas as atitudes fora da lei que amedrontavam Rachel de Queiroz. Problematizando seus textos, podemos perceber que seu medo estava relacionado a todos os efeitos da modernização e progresso, demonstrando que, por trás dos equipamentos gerados pelos avanços tecnológicos, existe o medo do novo, dos perigos de uma natureza, que não se adaptava às mudanças e, principalmente, às obras “faraônicas”. Em *O Desastre*, a autora lamentou o desabamento do viaduto do rio Comprido, em construção na avenida Paulo de Frontim, Rio de Janeiro. A publicação reafirmou sua descrença frente aos avanços na engenharia e nas ciências de última geração, que, cegos pela audácia criativa, desafiavam a vontade de Deus e colocava a vida das pessoas em risco. Portanto, a cronista confessou que:

Ainda mais eu que detestei progresso, suas pompas e suas obras. Se eu mandasse no mundo, a gente ainda viveria devagar, somente com uma seleção discreta de invenções, aquelas mais compatíveis com a nossa carne fraca, as que dão mais conforto ou poupam mis dores. Nada dessas audácias espetaculares, que parecem até tentar a Deus, esta corrida desenfreada que encanta, deslumbra e perde de orgulho o homem moderno (O Cruzeiro, 1971, p.130).

Rachel de Queiroz, que, muitas vezes, em meio ao milagre econômico, celebrou a indústria automobilística em suas crônicas, apresentou o reverso desse avanço em *Automóveis*. Com um tom de preocupação, a escritora denunciou que os milhares de carros despejados pelas fábricas geravam intermináveis congestionamentos em ruas e avenidas, as quais eram alargadas e multiplicadas o tempo todo, mas nunca alcançavam a marcha vertiginosa da multiplicação dos veículos, sem falar na poluição nos grandes centros urbanos, gerada pelo motor de combustão interna. Além disso:

[...] sabe-se ademais que o gás carbônico por eles secretados, sendo mais pesado do que o ar, não tem tendência a perder-se no alto da atmosfera, fica ali por baixo, esperando para ser absorvido (O Cruzeiro, 1971, p.130).

As críticas de Rachel de Queiroz foram escritas no auge do milagre econômico, quando o governo promoveu a expansão do crédito para assalariados médios, permitindo que a classe média consumisse bens duráveis, em especial, os automóveis. A indústria automobilística triplicou, trazendo resultados indesejáveis, já conhecidos da população e a deterioração ecológica. Ainda que gerando uma crítica indireta às práticas do governo militar, responsáveis por incentivar o consumo e a circulação de carros, a cronista não sofreu repressão dos órgãos oficiais, mas sim de um suposto leitor, um ano depois dessa publicação. Em *Cavalo versus Automóvel*, a escritora persistiu descrevendo os incômodos gerados pelos veículos, no entanto, comparou os efeitos do motor de explosão aos transportes guiados por cavalos. Guardando as devidas proporções, ela chegou à conclusão de que ambos poluíam o ambiente, obstruíam ruas, atropelavam pedestres e geravam muito barulho. Dessa forma, seria necessária outra alternativa diferente das atuais e das do passado, pois deveria ser utilizada para resolver o caos no trânsito carioca, afinal:

O Rio atual tem seis milhões de habitantes; para uso desses seis milhões, os animais necessários à tração de ônibus e carros e à montaria pessoal (como acontecia no tempo de D. Pedro II) podem-se calcular num mínimo de meio cavalo por pessoa. Teríamos, então, trafegando pela cidade, três milhões de cavalos (O Cruzeiro, 1972, p.130).

Na verdade, não foi apenas a indústria automobilística que recebeu críticas de Rachel de Queiroz. A industrialização acelerada e a produção de tecnologia que era despejada nos mercados em expansão, acabaram tomando conta do cotidiano das pessoas e as tornando dependentes dessas máquinas. A escritora aprofundou sua análise, explanando que a intensa mecanização podia limitar a inteligência do homem, a qual precisava ser exercitada para não atrofiar. Outrossim, o excesso de equipamentos no trabalho, “modernos monstros elétricos”, limitava a ação humana, transformando-a em uma atividade autômata e desinteressada. “Foi à máquina automática que fez desaparecer a alegria do trabalho bem-feito. A impossibilidade do erro destrói a alegria do acerto ou erro não será jamais dele, o operário, mas dela, a máquina” (O Cruzeiro, 1967, p. 122). A escritora criticava, quase sempre, o processo de desumanização

da sociedade de massas, mecanizada, na qual as relações interpessoais se dissolviam, e as emoções vitais davam lugar às “enlatadas”.

Mesmo contra esse processo, a escritora percebia, em seus textos, que havia uma lista interminável de avanços tecnológicos, os quais, somados às facilidades do milagre econômico, geravam a proliferação de máquinas nas residências com a promessa de promover o conforto e facilidades nas atividades domésticas. Portanto, “isso é a suprema aspiração do homem na sociedade de consumo. A descoberta da prestação lhe permite adquirir todas as maquininhas que supostamente devem fazer tudo em lugar dele [...]” (O Cruzeiro, 1973, p. 130). Segundo a escritora Rachel de Queiroz, as facilidades de crédito levavam às regalias do progresso até para as zonas rurais e periféricas, em menores proporções. Afinal, para que as pessoas sobrevivassem na sociedade moderna, “qualquer que seja sua classe, suas personalidades necessitam assumir a fluidez e a forma aberta dessa sociedade. Homens e mulheres modernos precisam aprender a aspirar à mudança” (Berman, 2014, p.119).

A solução encontrada pela escritora para escapar da dependência dos equipamentos eletrônicos e mecânicos no mundo moderno estava na crônica *SPCCMM*, que significava Sociedade Protetora da Criatura Contra Máquina e a Metrópole. Rachel de Queiroz, sufocada com a vida cada vez mais “repugnantemente artificial e cibernética”, pregava uma condição de existência alheia à velocidade, na qual se pudesse caminhar lentamente e contemplar a natureza. Dessa forma, ela ditou as principais exigências para fazer parte da associação:

Não gostamos de máquinas desde a máquina motor de explosão à máquina submarino atômico. Não gostamos de cidades grandes, nem suas pompas, nem suas obras. Seus altos edifícios feitos inteiramente fora da escala da pessoa humana, suas avenidas destinadas unicamente ao tráfego alucinado dos monstros de rodas, seus viadutos, seus bilhões de igualmente estúpidas toneladas de asfalto. Sua falta de árvores, de flor, de passarinho. Sua robotização progressiva e inexorável (O Cruzeiro, 1974, p.82).

Os argumentos de Rachel de Queiroz quanto à efemeridade das obras que representavam o progresso, assemelhava-se bastante à conhecida máxima marxista, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Segundo Marx, mesmo “as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizadas para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas” (Berman, 2014, p.123). A escritora estudada, compartilhando dos mesmos argumentos, acreditava que todas as modernidades criadas e postas no mercado pelo homem seriam substituídas por mercadorias cada vez mais lucrativas. Destartes, na crônica *Obsolência*, a autora ressaltou que a obsolescência é um traço comum das sociedades condenadas às obras artificiais, nas quais os sujeitos imolaram sua

esperança de sobrevivência, abandonando o suor do trabalho para virar mágico e subjugar as forças naturais. Sendo assim, ela dizia que:

Acho que a antiga simbologia dos pactos com o diabo já traduzia a essência de todas as conquistas modernas. O sócio do demônio obtinha tudo – riquezas, poder, palácios. Mas, chegando o prazo, satanás levantava a mão, e tudo virava fumaça sem deixar vestígio (O Cruzeiro, 1970, p. 130).

Então, ao longo do artigo, pudemos perceber uma mulher nordestina, que, algumas vezes, observava encantada as ações de um Executivo que promovia transformações as quais modernizavam o Brasil e davam sinais de progresso, mesmo diante de atitudes repressoras e retrógradas, em outras, a “jovem senhora”, que, apesar de alinhar seus textos aos interesses dos ditadores temia a excessiva mecanização, os grandes prédios de concreto erguidos, os muros os quais tornavam a vida cotidiana cada vez mais impessoal e rápida nas grandes cidades. Sentia, ainda, receio com a dinâmica do capitalismo, que criava obras efêmeras, para, assim, colocar sempre novos produtos no mercado, estimulando o consumo.

## LISTA DE FONTES

### Crônicas:

QUEIROZ, Rachel de. Passado & Presente. **O Cruzeiro**. 07/03/64. p.130.

QUEIROZ, Rachel de. A nova Revolução. **O Cruzeiro**. 23/05/64.p. 130.

QUEIROZ, Rachel de. Caça às feiticeiras. **O Cruzeiro**. 27/06/64. p. 146.

QUEIROZ, Rachel de. Regeneração. **O Cruzeiro**. 18/07/64. P. 130.

QUEIROZ, Rachel de. Brasil, ontem e hoje. **O Cruzeiro**. 10/10/64. p. 114.

QUEIROZ, Rachel de. Professores Militares. **O Cruzeiro**. 27/01/68. p. 122.

QUEIROZ, Rachel de. O Recomeço. **O Cruzeiro**. 04/08/70. P. 130.

QUEIROZ, Rachel de. Gosto de Brasil. **O Cruzeiro**. 15/09/70.p. 146.

QUEIROZ, Rachel de. Brasil no Futuro. **O Cruzeiro**. 16/10/65. p. 114.

QUEIROZ, Rachel de. O homem e o tempo. **O Cruzeiro**. 17/06/67. p. 122.

QUEIROZ, Rachel de. Máquinas. **O Cruzeiro**. 20/07/67. p. 122.

QUEIROZ, Rachel de. Um mundo só. **O Cruzeiro**. 17/02/71. p. 130.

- QUEIROZ, Rachel de. Megalópole. **O Cruzeiro**. 24/03/71. p. 146.
- QUEIROZ, Rachel de. Televisão. **O Cruzeiro**. 31/03/71. p. 146.
- QUEIROZ, Rachel de. A lei da selva. **O Cruzeiro**. 07/04/71. p. 154.
- QUEIROZ, Rachel de. Obsolência . **O Cruzeiro**. 26/05/71. p. 130
- QUEIROZ, Rachel de. Rondon, Mauá & Capistrano. **O Cruzeiro**. 10/10/64. p. 114.
- QUEIROZ, Rachel de. Não há mais distâncias. **O Cruzeiro**. 30/06/71. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. As heranças do passado. **O Cruzeiro**. 27/10/71. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. Automóveis. **O Cruzeiro**. 24/11/71. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. O desastre. **O Cruzeiro**. 08/12/71. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. A B C do Brasil. **O Cruzeiro**. 05/01/72. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. A lei na megalópole. **O Cruzeiro**. 29/03/72. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. Cavalo x Automóvel. **O Cruzeiro**. 11/10/72. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. Balanço de 1972. **O Cruzeiro**. 24/11/71. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. Máquinas da morte. **O Cruzeiro**. 21/02/73. p. 114.
- QUEIROZ, Rachel de. Sociedade de consumo. **O Cruzeiro**. 05/09/73. p. 130.
- QUEIROZ, Rachel de. Promessas de ano novo. **O Cruzeiro**. 16/01/74. p. 122.
- QUEIROZ, Rachel de. SPCCMM . **O Cruzeiro**. 28/08/74. p. 82.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. H. T e WEIS, LUIS. “ Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. SP: Companhia das letras, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CALABRE, Lia. (org.) **Políticas Culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia.. O Conselho Federal de Cultura, 1971- 1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro- junho de 2006, p.81-98.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. 2000. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CANDIDO, Antônio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIAS, Ângela Maria. “ Memória da cidade disponível: foi um Rio que passou em nossas vidas – A crônica dos anos 60”. In: RESENDE, Beatriz. **Cronistas do Rio. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB**, 1995.

FERREIRA, R.S.S. **A Última Página: crônicas e escrita política de Rachel de Queiroz no pós-64**. 2015. 284f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015.

GASPARI, Elio. **As ilusões armadas**. Rio de Janeiro. Intrínseca, 2014.

GUERELLUS, Natália de Santana. **Como um Castelo de Cartas: Culturas políticas e a trajetória de Rachel de Queiroz (1910 -1964)**. 2015.388f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2015.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O éthos Rachel. In: INSTITUTO Moreira Salles (org.) **Cadernos de Literatura Brasileira** nº 4, São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Rachel de Queiroz**. Rio de Janeiro: AGIR, 2005.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos. O breve século XX - 1914, 1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, Tânia Regina de. “Mulher em Revista”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “A modernização autoritária – conservadora nas universidades e a influência da cultura política”. In: MOTTA, R. P. S; REIS, D. A.; RIDENTI, M.; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

# HISTÓRIA E CULTURAS

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

NERY, Hermes Rodrigues. **Presença de Rachel**: conversas informais com a escritora Rachel de Queiroz. São Paulo: FUNPEC, 2002.

NETTO, Accioly. **O Império do papel**: os bastidores de O Cruzeiro. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.

ORTIZ, Renato José P. **A moderna tradição brasileira**. Cultura brasileira e indústria cultural. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato José P. “Revisitando os tempos dos militares”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

PESAVENTO, Sandra J. “Crônica: Leitura sensível do tempo”. **Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, n.7. 1997, p. 29-37.

PESAVENTO, Sandra J. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos rígidos”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. “A era dos modelos flexíveis”. In: PINSKY, Carla Bassanezy; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. **Estudantes em movimento**: Fortaleza, 1969-1979. 2008.132f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - Ceará. 2008.

QUEIROZ, Rachel de; Queiroz, Maria Luiza de. **Tantos Anos**: uma biografia. Rio de Janeiro: Arx. 4ª Ed. 2004.

REMOND, René. Por uma História Presente. In: REMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROLLEMBERG, Denise. “Carlos Marighella e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas: José Olympio e a Gênese do Mercado Editorial Brasileiro**. São Paulo: EDUSP; Com – Arte, 2010.

